

### 3. REFORMA DA GOVERNANÇA GLOBAL

Embora a ideia de governança global esteja associada a meados do século XX, dadas a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a criação de instituições intergovernamentais, como o Banco Mundial (1944), o Fundo Monetário Internacional (1944) a Organização das Nações Unidas (1945) e a Organização Mundial da Saúde (1948), esse conceito é fruto de um longo processo histórico que se inicia antes do nascimento da própria história, visto que, desde os primeiros agrupamentos humanos, estamos em processo de integração que, no Ocidente, se caracterizou por navegações, reformas políticas e religiosas, revoluções industriais e também por confrontos bélicos infelizmente.

Perante esse quadro, devemos nos questionar, então, o porquê dessa ideia permanecer em voga e analisar os atuais desafios dos Parlamentos brasileiro e mundial. Primeiramente o conceito de governança global ainda permanece como uma questão importante, porque nós, não obstante todas as mudanças, ainda não paramos de viver em comunidade. Aristóteles, por exemplo, caracterizou o ser humano como um animal político, em decorrência da nossa capacidade de se socializar. Socialização e integração, portanto, são duas faces de uma mesma moeda.

Em segundo lugar, a ideia acerca da governança global continua em pauta, porque as nossas formas de socialização têm mudado rapidamente e de forma constante, gerando novos desafios. Fazendo um comparativo com o quadro pós-1945, percebemos que as instituições criadas para promover a cooperação mundial foram respostas a um mundo que é diferente do atual. Antes, por exemplo, os Estados Nacionais, formado por um governo, um povo e território, eram os principais porta-vozes de uma nação, pois conseguiam aglutinar, mesmo com dificuldades, os diferentes objetivos e anseios populacionais.

Todavia o que se observa, desde o início do século XXI em especial, é que, com a disseminação da internet e a democratização da informação, as fronteiras entre os Estados estão cada vez mais frágeis e menos claras. Esse quadro, a princípio, não é adverso, mas exige uma reformulação de algumas políticas estatais estabelecidas e uma maior atuação e responsabilidade dos agentes públicos como um todo, já que há mais vozes a serem ouvidas no campo das democracias liberais.

Na realidade, o que agrava essa situação é que os desafios anteriores ainda não foram totalmente solucionados, gerando uma sobrecarga na cooperação mundial. Em outras palavras: o mundo atualmente precisa enfrentar as questões do “passado”, tais quais guerras, fome, pobreza e falta de financiamento; e paralelamente precisa lidar com obstáculos atuais, como as questões climáticas e imigratórias, em um mundo cada vez mais integrado e com fronteiras mais flexíveis.

Em linhas gerais, o Parlamento Brasileiro está lutando por políticas que abarcam desafios do “passado” e do “futuro”. Um exemplo disso é o Decreto Legislativo nº 144 de 2002, que, ao ratificar o texto do Protocolo de Quioto (1997), firmou o compromisso do país em reduzir a emissão de gases provocadores do efeito estufa. Mais informações sobre o processo desse normativo estão disponíveis no Arquivo Digital do Senado Federal (<https://atom.senado.leg.br/index.php/pds-164-2002-pdf>).

Seguindo essa linha, o Congresso Nacional brasileiro tem exigido reformas no Banco Mundial e no FMI, além de buscar mais autonomia para o BRICS, como forma de ajudar no equilíbrio político e econômico internacional. Concomitantemente debates em torno da democratização e da atualização das instâncias de governança global também estão em pauta no nosso Parlamento, sem contar a questão da imigração que ganhou um olhar especial com as recentes discussões sobre a Política Nacional de Migração e Refúgio, prevista na Lei nº13.445/2017.

O que se percebe, então, é que o Congresso Nacional brasileiro tem incentivado debates acerca da temática de governança global e procurado, mediante um caminho democrático, respostas para um mundo cada vez mais globalizado. Dada a complexidade do assunto, a Coordenação de Arquivo realizou um compilado de iniciativas sobre o tema, o qual está disponível no link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/pesquisas-prontas-e-documentos/historia-do-senado-federal/planilha-governanca-global.pdf>. Esse levantamento, porém, não esgota os projetos desenhados até então. Ele demonstra, na realidade, que ainda estamos traçando os primeiros passos na busca de políticas que considerem as diversas vozes presentes nos Hemisférios Sul e Norte.